

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E MUNDO COMUM¹ LANGUAGE, EDUCATION AND THE COMMON WORLD

Cassiana Everling², Fábio César Junges³

¹ Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI.

² Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, com bolsa institucional da UNIJUI.

³ Pós-Doutorando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ, com Bolsa CAPES.

Resumo: O artigo retoma os paradigmas do conhecimento, na intenção, primeira, do desenvolvimento do que historicamente foi constituído como fundamento, embasamento, sustentação do agir e falar humano e, segunda, de apresentação dos limites da identificação do sujeito com o humano efetuada na e pela modernidade. A partir destes limites é colocada, novamente, a pergunta pelo fundamento do agir e falar humano, esquecida na tradição moderna. Esta nova orientação, neste sentido, deverá ser encontrada na imanência do palco das manifestações humanas, tendo a linguagem como pressuposto para o entendimento dos vários sujeitos envolvidos.

Abstract: The article resumes the paradigms of knowledge, in the first intention of the development of what has historically been constituted as a foundation, foundation of action and human speech, and secondly, of presenting the limits of the identification of the subject with the human effectuated in and through modernity. From these limits, the question is again posed for the foundation of human action and speech, forgotten in the modern tradition. This new orientation, in this sense, should be found in the immanence of the stage of human manifestations, with language as a presupposition for the understanding of the various subjects involved.

Palavras-chave: Paradigma. Natalidade. Imanência.

Keywords: Paradigm. Birth. Immanence.

1 INTRODUÇÃO

Vir ao mundo é como entrar no palco de uma peça teatral milenar, acompanhado das palavras e ações dos atores do presente e dos “ecos de vozes que emudeceram” (BENJAMIN, 1994, p. 223). Para desempenhar o papel reservado a cada nova geração e sair de cena antes que a peça tenha terminado, é necessário saber o que já ocorreu na peça. Apesar do enredo não estar determinado, o conhecimento e a compreensão do anteriormente desenvolvido é condição básica para se orientar e se movimentar no palco da condição humana.

“As coisas vivas *aparecem em cena* como atores em um palco montado para elas. O palco é comum a todos os que estão vivos, mas ele *parece* diferente para cada espécie e também para cada indivíduo da espécie” (ARENDDT, 2014, p. 37). No palco já montado faz muitos anos, chegamos sempre atrasados e, ainda, teremos de deixá-lo com antecedência. Apesar do curto espaço de atuação que nos foi reservado, é possível dar à peça rumos imprevisíveis, uma vez que o palco

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

parece diferente para cada indivíduo.

Para usar outra metáfora, o rio da condição humana verte e corre por muitos anos. Nenhum de nós pediu para adentrar neste rio de águas milenares, como também nenhum de nós pediu para dele sair. Não é possível permanecer em uma de suas margens e apenas assistir o desenrolar das águas. O “banho” da condição humana é, simplesmente, incontornável. O rio, por um lado, é perigoso para os recém-chegados e, por isso, estes precisam ser preservados das águas do rio. Por outro lado, o rio precisa ser preservado dos recém-chegados que, por serem mortais, estes também podem torná-lo mortal. Nos termos de Arendt, “o mundo, visto que feito por mortais, se desgasta, e, dado que seu habitantes mudam continuamente, corre o risco de tornar-se mortal como eles” (ARENDDT, 2014a, p. 243).

Justamente para não repetir erros já cometidos; para não deixar a peça junto com a peça; para não correr o risco de tornar o rio mortal como os que nele se banham e que estão continuamente saindo e adentrando às águas; é fundamental retornarmos à tradição. Neste sentido, a compreensão dos paradigmas do conhecimento parece ser um bom ponto de partida.

Diante da necessidade de escutar o eco de vozes que já emudeceram, a fim de empreender algo novo mais adiante, isto é, um novo paradigma do conhecimento, primeiramente, é apresentada o paradigma da razão subjetiva, enquanto constituição e identificação do ser humano como fundamento de suas palavras e ações. Por fim, é *caracterizada* a crise da razão subjetiva e a necessidade de um novo paradigma do conhecimento, tendo como pressuposto a linguagem.

2 SOBRE O PARADIGMA DA RAZÃO SUBJETIVA

A fundição do sujeito com o ser humano se dá na passagem do século XVI ao século XVII. Esta perspectiva apresenta-se como alternativa à subjugação do indivíduo a uma ordem política e religiosa, hierarquicamente constituída, e interpretativamente revelada. Em outras palavras, a modernidade constitui-se a partir da insatisfação em relação às explicações elaboradas pela Idade Média, tendo Deus como fundamento das palavras e ações do mundo humano. Para Pessanha, o período de transição da época medieval para a modernidade, é uma época de crise, de incertezas sobre as compreensões de mundo e de ser humano.

Tudo é sacudido ou destruído: a unidade política, religiosa e espiritual da Europa; as afirmações das ciências e da filosofia medievais, calcadas principalmente em Aristóteles; a autoridade da Bíblia, posta em confronto com os dados das novas descobertas científicas; e o prestígio da Igreja e do Estado, abalado pelo movimento da Reforma e pelas guerras motivadas por dissidências políticas ou religiosas. Além disso, se o homem europeu descobre que há ideias bem diversas das que vinham docilmente aceitando como únicas verdadeiras, e se passa a saber que há outros povos vivendo segundo padrões bem diferentes daqueles que lhes pareciam os únicos legítimos, é natural que se espraie uma vaga de descrença e de dúvida (PESSANHA, 1987, p. VIII).

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

É na constituição da modernidade que o ser humano se firma como sujeito e, a partir daí produz os conhecimentos, com a ajuda de um bom e eficiente método, tendo como convicção a possibilidade de construir o paraíso terrestre. Segundo Fensterseifer, “a razão, como os modernos a entendem, só tem um apoio: ela mesma. É por isso que cabe a ela ordenar o mundo e, ordenando-o, conhecê-lo. Isso dá a razão a condição de *sujeito* o que etimologicamente significa *fundamento (subjectum)*” (FENSTERSEIFER, 2001, p. 49). Colocando-se como fundamento, o ser humano cria o mundo a sua imagem e semelhança, ocupando o lugar de Deus.

A tradição da filosofia moderna, que se estabelece a partir do “cogito” cartesiano, deixa de pautar-se no pressuposto de uma objetividade prévia de um mundo a ser descoberto para assumir o princípio de que o mundo conhecível é aquele que as estruturas da razão subjetiva são capazes de produzir. Com isso a objetividade do mundo passa a ser estabelecida pela própria razão humana que se orienta por sua lógica intrínseca. Ao produzir o mundo de acordo com a “luz” de sua razão, o homem moderno toma o posto anteriormente atribuído ao Criador e assume, ele mesmo, a tarefa de aprimorar de modo contínuo as suas formas de conhecer com vistas à ampliação irrestrita de seus domínios (BOUFLEUER, 2016, p. 3).

Conforme a citação acima, Descartes é um dos principais expoentes da passagem do paradigma das essências ao paradigma da razão subjetiva, afirmando o ser humano como sujeito. Com o exercício da subjetividade e a confiança na razão, Descartes revolucionou o pensamento filosófico e científico até então subordinado à autoridade religiosa e política da escolástica. Ambicionava, portanto, um novo sistema de conhecimento, com um novo método que pudesse mensurar a realidade. Neste sentido, sua obra *Discurso do Método* (DESCARTES, 2012), publicada em 1637, praticamente inaugura a modernidade e faz de Descartes o pai da filosofia moderna.

Primeiramente, Descartes coloca em dúvida todas as certezas que regiam a sociedade até o momento, indagando se todas estas certezas não passavam de uma ilusão, de um sonho que dá impressão de ser realidade, por meio de um gênio maligno que estivesse enganando. Neste exercício da dúvida, Descartes questiona a própria *autoridade* da Igreja ou das Escrituras, deslocando-a para a subjetividade humana. “Julguei, então, que precisava tentar seriamente, uma vez na vida, desfazer-me de todas as opiniões a que antes dera crédito e começar tudo de novo desde os fundamentos” (DESCARTES, 2012, p. 77).

A principal contribuição de Descartes é a afirmação de que o ser humano pode pensar por si mesmo. Com a exigência da certeza e a ausência da dúvida, seria possível chegar a uma verdade primeira, a partir da qual todos os conhecimentos pudessem se sustentar. Na busca desta verdade primeira, Descartes propõe o exercício da dúvida metódica e radical, até que a própria dúvida apresentasse uma verdade primeira e que não pudesse ser colocada em dúvida. Chega, por fim, a primeira evidência, amplamente conhecida: “cumpre finalmente concluir e ter como certo que esta proposição: *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que eu a pronuncio ou a concebo no meu espírito” (DESCARTES 2012, p. 84).

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

No exercício da dúvida fica evidente de que ele, que pensa, existe. É nesta primeira evidência que se pode, então, fundamentar todo conhecimento. “A razão é precisamente o fundamento do mundo transformado em *objeto*, *objectum*, ou seja, aquilo que está colocado diante do [...] sujeito, e que só pode existir tendo como referência o sujeito” (História do Pensamento *apud* FENSTERSEIFER, 2001, p. 49).

Mais do que inaugurar a modernidade, Descartes abre o debate moderno sobre a “teoria do conhecimento”, ao ponto de Habermas afirmar que este foi o tema por excelência da filosofia até ao final do século XIX (Cf. FENSTERSEIFER, 2001, p. 51). Isto porque maior parte da discussão filosófica após o desenvolvimento cartesiano gira em torno da possibilidade de adquirir conhecimento por meio da razão natural. Dando-se conta de que o conhecimento é uma atribuição da própria razão natural, sem interferência divinas neste processo de representação da realidade, o debate gira em torno de como se adquire conhecimento. Esta discussão moderna é marcada pelo racionalismo (inatismo) e o naturalismo (empirismo).

Enquanto que para Descartes o ser humano possui algumas ideias inatas de cunho universal, constitutivas do próprio ser humano, para os filósofos ingleses, como Hume, Bacon e Locke, o conhecimento se dá através das impressões sensíveis. O ser humano seria, em seu nascimento, uma *tabula rasa*, como uma página em branco que, ao longo do tempo, iria registrando significações. Ao final do século XVIII, o filósofo Kant (1724-1804) fará uma síntese entre estas duas grandes correntes filosóficas modernas, conjugando as duas perspectivas. Para Kant, por um lado, o conteúdo do conhecimento vem do mundo sensível e, por outro lado, o ser humano já possui uma estrutura lógica pré-estabelecida (*a priori*) que organiza estes dados sensível.

A modernidade tem, portanto, a questão do conhecimento como preocupação fundamental. Diante da convicção de que o ser humano pode conhecer a realidade, a preocupação da filosofia moderna gira em torno de como este processo se realiza e, também, na busca de estabelecer os limites do conhecer. A primeira convicção é de que não é possível chegar às essências das coisas. A única atitude deve ser de dedicar-se ao conhecimento dos fenômenos, ou seja, aquilo que pode ser percebido por meio das impressões sensíveis. A preocupação já não é mais em conhecer a natureza do ser humano, mas compreender como o ser humano constrói o seu conhecimento.

O paradigma da razão subjetiva, por fim, constitui-se na profunda crença de que a razão natural possui luz própria e poderá ser projetada sobre o mundo sensível, permitindo ao ser humano ter uma visão mais objetiva da realidade, rompendo com o paradigma das essências. Por isso, a culminância de toda a discussão em torno da teoria do conhecimento vai ser denominada como iluminismo. A modernidade, neste sentido, constitui-se como convicção de que o ser humano, no uso de sua razão natural, com o apoio de um bom método científico, poderá iluminar a realidade e, assim, construir o paraíso terrestre. A construção do paraíso terrestre, contudo, não passou de uma promessa.

3 SOBRE UM NOVO PARADIGMA DO CONHECIMENTO

Em plena época da “luz” da razão aconteceram a primeira e a segunda guerra mundial, a

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

destruição sem igual de Hiroshima e Nagasaki, a guerra do Vietnã, etc. Estes e tantos outros acontecimentos catastróficos mancharam com sangue o apogeu da razão subjetiva moderna. Isso exige, acima de tudo, assumir o fracasso da modernidade e o repensar de alternativas. Diante da crise da razão subjetiva é necessário pensar alternativas viáveis, sustentáveis e humanamente saudáveis. Trata-se da exigência de olhar de frente a crise moderna e, por consequência, a crise do próprio exercício da razão, seus fundamentos e seus resultados. Não se trata apenas de uma crise de

setores ou instâncias, mas a crise da própria modernidade em seu âmago, não em suas formas externas. Aceita-se a modernização e todos a buscam, isto é, aos efeitos externos da modernidade, mas a modernidade, ela mesma em seu cerne, como forma da razão humana, como o próprio exercício da razão, isto está em crise radical. Estão em crise os fundamentos da razão e a própria noção de fundamentos, as condições mesmas da possibilidade do conhecimento (MARQUES, 1992, p. 556).

Portanto, de modo análogo ao que foi realizado na passagem do século XVI, apesar de exteriormente todos buscarem a modernização, o século XX caracteriza-se como questionamento de modelos científicos do saber emergentes no final do período medieval, tendo o sujeito como indivíduo produtor de saber racionalmente verdadeiro, isento de elementos ideológicos e de contextos históricos e culturalmente constituídos. O contexto do século XX, especialmente após a crise da razão em algumas perspectivas iluministas, tendo *Auschwitz* como paradigma, exige uma revisão dos fundamentos e das condições de possibilidade do conhecimento científico.

As causas dessa “crise dos fundamentos da razão” foram se “acumulando”, ao longo do século XX, através: a) dos genocídios e etnocídios de toda ordem; b) dos totalitarismos; c) da concentração da riqueza que gera exclusão social; d) da destruição paulatina dos recursos naturais que põem em risco a própria sobrevivência da humanidade; e) da exclusão e silenciamento de culturas, indivíduos e grupos minoritários (FENSTERSEIFER; PITHAN, 2016, p. 2).

Para Marques, a crise do projeto da modernidade evidencia não apenas a ação de elencar as causas e as consequências da crise, mas de interpretar os lugares visíveis dessa crise e, ao mesmo tempo, pensar um enfrentamento da mesma. Para isso, é preciso recolocar as questões fundamentais dos paradigmas que fazem parte de nossa tradição, em uma dimensão teórica mais abrangente, numa perspectiva dialética entre as diversas áreas do conhecimento.

No recolocar destas questões, um novo paradigma passa a ser elaborado, assumindo a linguagem como pressuposto. É por meio da linguagem que se constitui o mundo humano. “A racionalidade comunicativa assume, portanto, o pressuposto de que a linguagem constitui a marca antropológica por excelência, sendo ela a condição indispensável para nós nos percebermos como sujeitos de conhecimento” (BOUFLEUER, 2010, p. 164). Ao assumir a linguagem como pressuposto, o conhecimento passa a ser elaborado por meio da ação comunicativa dos sujeitos envolvidos. O

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

diálogo, a ação comunicativa, a conversação, portanto, apresenta-se como alternativas ao discurso solipsista do sujeito moderno.

Com vistas ao estabelecimento de um referencial de objetividade para o pensamento humano é que buscamos na proposição de uma racionalidade comunicativa (Habermas, 1987, 1990a) um modo de coordenar as ações humanas que preserve a condição de autonomia dos sujeitos na configuração do mundo humano. Uma autonomia já não pautada no solipsismo ou na autorreferência dos próprios sujeitos, como proposto pelos modernos, mas nos laços intersubjetivos que articulam os sujeitos no processo de constituição desse mundo humano (BOUFLEUER, 2010, p. 164).

Trata-se da necessidade de elaborar um novo paradigma do conhecimento, que compreenda que o mundo não está dado, que é preciso interpretá-lo através da relação, da “conversa” entre os sujeitos, estar atento aos diferentes “eus” que comparecem na definição deste mundo. A autonomia e a racionalidade humana, conquistas fundamentais da modernidade, devem ser garantidas, mas numa nova perspectiva, já não mais autorreferenciadas. No paradigma da linguagem, os sujeitos encontram-se num processo constante de constituição do mundo humano por meio da conversação sempre aberta com o outro.

Não é mais dado, portanto, nenhum referencial seguro e dado que possa ser encontrado na metafísica. “Sem o apelo ao porto seguro da metafísica, no entanto, é preciso, na imanência da condição humana, estabelecer referenciais de verdade que possam normatizar a vida social e a própria educação” (BOUFLEUER, 2010, p. 164). O pensamento não tem como abarcar a realidade em sua totalidade, como pretendia Hegel; seu palco de manifestação é a condição humana. Também não há um fundamento último que legitime e justifique o conhecimento. O conhecimento se dá de modo molecular, tendo a linguagem como pressuposto para o entendimento dos vários sujeitos envolvidos a partir das percepções que cada um tem do mundo.

A forma de um professor lidar como, dar forma concreta a, e incorporar coisas e práticas é o que mostra o que é valioso e “autorizado” para ele. Só então o professor pode se comunicar e compartilhar o mundo de uma maneira tal que as crianças e os jovens se tornem interessados e engajados, só então as coisas adquirem autoridade e só então o mundo se torna interessante (MASSCHELEIN; SIMONS, 2015, p. 102).

Por isso, colocar-se numa postura de diálogo e de conversação requer, em primeiro lugar, criar espaços de conversa, de discurso e de reflexão; em segundo lugar, romper com toda espécie de totalitarismo que resulta do apagamento de qualquer possibilidade de resolução de conflitos por meio da imposição do pensamento único; e, em terceiro lugar, com uma autoridade epistêmica conferida a todo o grupo de falantes, a necessidade de chegar a uma cumplicidade nos discursos proferidos, legitimando e validando determinado conhecimento.

Interpretando Arendt na perspectiva da ação comunicativa, nessa relação entre os sujeitos por

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

meio da linguagem, pode haver sempre a emergência de alguma novidade, pois cada geração se apropria de uma forma nova da tradição e “essa tradição cultural consegue ter continuidade através das gerações” (BOUFLEUER, 2010, p. 166). Cada nascimento de uma nova criança é, neste sentido, um milagre que salva a conversa da humanidade, uma vez que “o período de vida do homem arrastaria inevitavelmente todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-los e iniciar algo novo” (ARENDDT, 2015, p. 305). Os recém-chegados introduzem algo tão inesperado e “imprevisivelmente novo que nem a esperança nem o temor tê-lo-ia previsto” (ARENDDT, 2015, p. 270).

Isso significa que, por um lado, a conversa já é milenar e, por outro, que a todo instante novas conversas são introduzidas por meio da chegada dos novos. A presença inesperada dos recém-chegados requer dos mais velhos a inserção dos novos na dinâmica da conversa milenar e, ao mesmo tempo, espaço para que possam instaurar novos discursos imprevistos pelas gerações mais velhas. Ainda, a conversa milenar é considerada velha e até obsoleta para os novos, mas é por meio dela que estes podem ser introduzidos no mundo velho e não apenas na vida. Já a novidade que os recém-chegados introduzem nesta conversa histórica, tão logo será velha para as gerações subsequentes (Cf. ARENDDT, 2014a, p. 243). Isso significa que os

semelhantes não estão todos presentes, que muitos já morreram e que, apesar disso, suas descobertas ou suas lutas continuam contando para ele como lições vitais, assim como outros ainda não nasceram, embora já caiba a ele [ser humano] levá-los em conta para manter ou renovar a ordem das coisas (SAVATER, 2012, p. 38).

Portanto, é por meio da chegada dos novos que a conversa velha se torna imprevisivelmente nova, desde que a mesma não seja abruptamente interrompida pelos Herodes de ontem e de hoje. “Herodes quer controlar o futuro e tem medo que o nascimento de algo novo ponha em perigo a continuidade de seu mundo. Daí, o fato totalitário por excelência: matar as crianças para eliminar do mundo a novidade que poderia ameaçá-lo” (LARROSA, 2015, p. 190). A novidade, a inquietude e a incerteza fazem parte da ação comunicativa e não podem ser supostamente eliminadas por meio da eliminação dos novos. Afinal, “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDDT, 2015, p. 10).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, contemporaneamente, o paradigma da ação comunicativa, tendo a linguagem como pressuposto, apresenta-se como alternativa ao paradigma moderno. Em termos arendtianos, em primeiro lugar, os atores desta peça teatral não continuem saindo de cena de maneira antecipada e massificada e, acima de tudo, a fim de evitar a potencialidade de acontecer, pela primeira vez na história da humanidade, dos atores todos saírem de cena junto ao mundo e de se juntarem prematuramente aos que lá estão e que por nós esperam. Em segundo lugar, a fim de que este mundo possa acolher os recém-chegados, os atores que aqui estão deverão criar condições favoráveis para acolher os novos por quem esperam.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Por fim, os referenciais que deverão orientar o humano no mundo contemporâneo precisam ser encontrados na imanência do palco das manifestações humanas. Estes, por sua vez, quando encontrados ou acordados, não são definitivos. Diante de novas situações e novos contextos, antigos referenciais normativos terão de ser revistos e novos elaborados. “Assim, para viver em sociedade e para educar as novas gerações é preciso que os homens definam, eles próprios e por si mesmos, em quais verdades pretendem acreditar e sob que regras pretendem assentar suas relações de reciprocidade” (BOUFLEUER, 2010, p. 163). Isto é, os elementos normativos e constitutivos do mundo são definidos pelos humanos num diálogo permanente e aberto, tendo como pressuposto a linguagem.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *A vida do espírito*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOUFLEUER, José Pedro. *A patrística e a escolástica*. [Texto apresentado nas aulas da disciplina “Paradigmas do Conhecimento”]. Ijuí: Unijuí: 2016.

_____. *O operar pedagógico sob o primado da comunicação: a pedagogia em perspectiva auto-fundante*. Disponível em: . Acesso em: 23 de jun. 2016.

_____. Por uma educação cujo único propósito seja “contar o mundo” às novas gerações. In: TREVISAN, Amarildo L.; TOMAZETTI, Elisete T.; ROSSATO, Noeli D. *Diferença, cultura e educação*. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 155-167.

DESCARTES, René. *Discurso do método: meditações*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

FENSTERSEIFER, Paulo E. *A educação física na crise da modernidade*. Ijuí: Unijuí, 2001.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARQUES, Mario Osorio. Os paradigmas da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 547-565, set./dez. 1992, p. 556.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Trad. Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PESSANHA, J. A. M. *Galileu: vida e obra*. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. V-X.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Sapienza, 2005.

SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. Trad. Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012.

SILVA, Sidinei P; FENSTERSEIFER, Paulo E. *O pensamento complexo na crise da modernidade: notas iniciais para "re-pensar" a educação*. Disponível em: . Acesso em: 24 de jun. 2016.